

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O artigo 349.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) reconhece formalmente a especificidade geográfica e económica das Regiões Ultra Periféricas que resultam da situação condicionada pelo seu afastamento, insularidade, pela pequena superfície e relevo e clima difíceis, bem como pela dependência económica em relação a um pequeno número de produtos, características que, em conjunto, prejudicam o desenvolvimento e impedem as RUP de tirar pleno partido dos benefícios do mercado único.

Neste sentido foi criado o POSEI (Programa de Opções Específicas para fazer face ao Afastamento e Insularidade), do qual beneficiam as duas regiões autónomas nacionais (Açores e Madeira).

O programa específico para a agricultura nas RUP desempenha um papel muito importante representando a agricultura um setor económico relevante, constituindo um vetor de emprego e de desenvolvimento económico: Por outro lado, devido ao carácter multifuncional da agricultura nestas regiões (engloba, para além da produção, as funções de preservação da paisagem, a conservação da natureza, a caça, a manutenção da identidade cultural, etc.), é um setor que interessa apoiar em todas as suas dimensões.

A proposta inicial de orçamento da Política Agrícola Comum (PAC) pós 2020 apresentada pela Comissão Europeia prevê um corte de 3,9 por cento no POSEI, valor que os Governos Regionais já consideraram ser “inaceitável e injusto”. O mesmo corroborado pelo Ministro da Agricultura, Floresta e Desenvolvimento Rural. Contudo, perante o impasse nas negociações e sem uma solução definitiva os Governo regionais tem apelado a esforços nacionais.

Nestes termos, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicita-se a V.Exa. que diligencie, junto do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, a resposta às seguintes questões:

1. No âmbito das negociações da PAC pós 2020 qual a estratégia adotada pelo Governo português para a manutenção do nível de apoio para as Regiões Ultraperiféricas? Considerando a posição conjunta dos Governos Regionais dos Açores, Madeira e Canárias, face ao eventual corte de fundos comunitários para o POSEI, quais as diligências do Governo

nacional junto do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu nas negociações que decorrem?

2. Perante um cenário de diminuição de verba (15%) para o FEADER, como se perspetiva o montante financeiro para cada um dos programas de desenvolvimento rural das Regiões Autónomas?
3. Qual o grau de compromisso do Governo Português para colaborar com os Governos das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores no âmbito das negociações PAC 2021-2027, nomeadamente quanto ao conjunto de emendas propostas pelas RUP aos regulamentos propostos pela Comissão Europeia e quanto à Declaração Final da Conferência dos Presidentes das RUP, realizada em novembro de 2018 nas Ilhas Canárias?
4. Face ao previsível atraso na definição e implementação do novo quadro comunitário de apoio pós 2020, está o Ministério da Agricultura, Floresta e Desenvolvimento Rural disposto a definir um período de transição entre o atual quadro comunitário de apoio e o futuro? Se sim abrangerá os Programas comunitários do Continente e de cada uma das Regiões Autónomas?

Palácio de São Bento, 1 de maio de 2019

Deputado(a)s

RUBINA BERARDO(PSD)

ANTÓNIO VENTURA(PSD)

ANTÓNIO LIMA COSTA(PSD)

EMÍLIA CERQUEIRA(PSD)

NUNO SERRA(PSD)

LUÍS PEDRO PIMENTEL(PSD)

MAURÍCIO MARQUES(PSD)

PEDRO DO Ó RAMOS(PSD)

ULISSES PEREIRA(PSD)

ÁLVARO BATISTA(PSD)

CRISTÓVÃO CRESPO(PSD)

CRISTÓVÃO NORTE(PSD)

JOSÉ CARLOS BARROS(PSD)

CARLA BARROS(PSD)

SARA MADRUGA DA COSTA(PSD)

PAULO NEVES(PSD)

BERTA CABRAL(PSD)

Deputado(a)s

BRUNO VITORINO(PSD)

JOEL SÁ(PSD)

JORGE PAULO OLIVEIRA(PSD)